

Novo presidente poderá interferir

O Orçamento da União corre o risco de ser votado somente em janeiro, submetendo-se à interferência do presidente eleito. Esta hipótese faz parte dos cálculos políticos dos parlamentares com cargo de direção na Comissão Mista de Orçamento do Congresso e parte da simples constatação de que não há tempo disponível para a mensagem orçamentária ser analisada e votada de forma condizente até dezembro.

O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), está avisado pelo secretário de Orçamento e Finanças da Seplañ, Pedro Parente, de que o Congresso não disporá de todos os dados do orçamento de forma a começar a apreciá-lo antes do final de setembro. Assim, restará para a Comissão três meses de trabalho até o fim do ano. Mas são três meses atípicos, com um recesso informal em função das eleições, a iniciar-se em meados de setembro e possivelmente dois turnos eleitorais: um a encerrar-se em 15 de novembro e outro acabando em 17 de dezembro.

O deputado Israel Pinheiro é um dos solitários membros da Comissão a acreditar que o Congresso poderá votar as contas do governo antes do recesso parlamentar de fim de ano. "Nós somos todos patriotas e vamos votar este Orçamento apesar das eleições", diz o parlamentar, antes de ser colocado diante da hipótese de que possa interessar ao presidente eleito manobrar para ter tempo de interferir no Orçamento sob o qual governará.